

APRESENTAÇÃO

É com alegria que apresentamos o Volume V, número V da Revista Resolução – Revista de Direito e Ciências Gerenciais.

Esse volume nos traz um arrazoado de temas, que são muito importantes para a sociedade acadêmica.

O artigo intitulado “Inimputabilidade Penal pela Idade: o Crime de Associação Criminosa (Artigo 288 Do CP) e o Problema da Contagem do Menor de Idade no Quantum do Concurso Necessário traz a modificação do art. 288 do Código Penal provocada pela Lei nº 12.850/2013 abordando sobre divergências doutrinárias e jurisprudenciais, haja vista que houve uma alteração nos requisitos mínimos da configuração de agentes no crime de associação criminosa, surgindo a problemática: se o menor de idade poderia ser contabilizado no *quantum* do concurso necessário?

O artigo intitulado “Fake News: Um Parâmetro para coibí-las, preservando a Liberdade de Expressão” traz um estudo sobre a questão das Fake News, que vem sendo muito propagada nessa época de pandemia, trazendo muitos prejuízos para a sociedade. O trabalho aborda, como tema central, a liberdade de expressão e a divulgação de notícias falsas, realizando uma análise legislativa sobre o assunto.

O artigo intitulado “Greve em Serviços Essenciais: a inclusão das atividades portuárias na Lei 7.783/1989” traz uma análise da Lei de Greve nos serviços essenciais e os requisitos necessários para que não haja conduta abusiva. O trabalho aborda a evolução histórica do instituto da greve, questionando a “relevância e urgência”, para a recente inclusão da atividade portuária como serviços essenciais na Lei nº 7.783/1989 e na Lei nº 14.047 de 24 de agosto de 2020.

O artigo intitulado “A Pandemia da Covid-19 e as Medidas Jurídicas Adotadas Para seu Enfrentamento” traz uma abordagem sobre essa pandemia que impactou diretamente todos os países, trazendo consequências em todas as searas, sejam econômicas, sociais, jurídicas, analisando os mecanismos jurídicos adotados para seu enfrentamento.

O artigo intitulado “Responsabilidade Civil E Proteção Dos Direitos Da Personalidade Nos Jogos Online” tem por objetivo analisar a responsabilidade civil pelos atos praticados nos jogos online, contextualizando as características deste mundo virtual, analisando as regras dos jogos online e do direito à Internet e, conseqüentemente, a responsabilidade dos agentes envolvidos, demonstrando que mesmo fora do mundo real, o direito da personalidade deve ser protegido.

O artigo intitulado “socialização como alienação: como as instituições (de) formam os sujeitos” tem como objetivo analisar o discurso clínico como forma de justificativa da construção da identidade, da subjetividade, a partir da análise de Lacan a respeito da socialização. Para tanto, recorre-se ao conceito de Estádio do Espelho para entender as formas de representação do sujeito e, também, diagnosticar a colonialidade do poder nas estruturas subalternizantes das alteridades pela cultura hegemônica européia.

O artigo intitulado “o ativismo judicial em tempos de pandemia” tem como objetivo fundamental refletir sobre a necessidade de se entender o instituto do ativismo judicial no Brasil e suas conseqüências no aspecto doutrinário e jurisprudencial, amparados pela Constituição Federal de 1988. Uma abordagem imparcial, mas crítica, acerca de sua perpetuação, tendo uma perspectiva do que represente os próprios julgamentos pelos ministros da Corte Suprema e, na medida em que se discute, de fato, o limite da intervenção do Poder Judiciário no Executivo durante a Pandemia.

O artigo intitulado “O Caso Ângela Diniz: 45 Anos Da Inspiração De Uma Ideia De Revolução Feminista Ao Declínio Da Legítima Defesa Da Honra” traz o caso Ângela Diniz, que marcou a sociedade brasileira e contribuiu para mudanças de paradigmas sociais e jurídicos. O ordenamento jurídico brasileiro, desde os anos 1970, vem sofrendo inúmeras alterações, com o escopo de uma proteção adequada à mulher. A tese da legítima defesa da honra, que já legitimou e contribuiu para o assassinato de milhares de mulheres em nosso país, recentemente foi espancada juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Por último, o artigo “A Avaliação Prospectiva da Lei como Mecanismo Eficaz para a Elaboração de Normas de Boa Qualidade” tem por objetivo evidenciar como os

princípios e métodos propostos pela Teoria da Legislação – em particular, quanto à avaliação prospectiva da lei – podem influenciar a elaboração de normas jurídicas de boa qualidade, possibilitando que tal norma, de forma desejável, possa atingir o fim para o qual foi criada.

Ótima leitura a todos!

Atenciosamente,

Professora Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

Coordenadora de Pesquisa da FAC